

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 27 de janeiro de 2016.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - Em Reais mil		
	2015	2014
ATIVO		
CIRCULANTE	3.402	5.970
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	875	3.378
Ativos Financeiros	-	509
Taxa Administração a Receber (Nota 6)	780	1.126
Adiantamento para Aumento de Capital (Nota 7)	799	799
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	84	12
Créditos Tributários (Nota 16c)	748	-
Despesas Antecipadas	67	45
Depósitos Judiciais	9	9
Outros Créditos	40	92
NÃO CIRCULANTE	3.018	3.390
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.008	3.320
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	14	-
Créditos Tributários (Nota 16c)	2.994	3.254
Despesas Antecipadas	-	66
IMOBILIZADO (Nota 8)	10	70
Outras Imobilizações de Uso	14	300
Depreciação Acumulada	(4)	(230)
TOTAL	6.420	9.360

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS	4.322	5.144
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 6)	3.914	5.144
Receita de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	184	-
Receita de Variação Cambial (Nota 9)	99	-
Outras Receitas Operacionais	125	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(6.972)	(5.826)
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.469)	(4.410)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(472)	(596)
Despesas com Serviços de Terceiros	(270)	(69)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(173)	(308)
Despesa de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(301)	(61)
Despesa de Variação Cambial (Nota 9)	(288)	(31)
Outras Despesas Operacionais	-	(351)
RESULTADOS FINANCEIROS	131	62
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	131	62
RECEITA NÃO OPERACIONAL	60	-
Receita na Venda de Imobilizado	60	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(2.459)	(620)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	489	24
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.970)	(596)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
Eventos	Capital social	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2013	6.167	(6.695)	(528)
Aumento de Capital	8.000	-	8.000
Prejuízo do Exercício	-	(596)	(596)
Saldos em 31.12.2014	14.167	(7.291)	6.876
Prejuízo do Exercício	-	(1.970)	(1.970)
Saldos em 31.12.2015	14.167	(9.261)	4.906

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2015	2014
Prejuízo do Exercício	(1.970)	(596)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(1.970)	(596)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A 2B Capital S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.5) Investimento em Controlada

É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investimentos são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.6) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos de investimentos financeiros.

2.8) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

9) INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrado na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial correspondendo o valor negativo de R\$ 117 (2014 - R\$ 61) e variação cambial negativa de R\$ 189 (2014 - R\$ 31), compondo no exercício resultado negativo de R\$ 306 (2014 - R\$ 92).
b) A composição dos Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
	Capital social			ON	PN		2015	2014	2015	2014
2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L.	223	(1.067)	(306)	125	-	100,00	(1.067)	(761)	(306)	(92)
Total							(1.067)	(761)	(306)	(92)

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
	Capital social			ON	PN		2015	2014	2015	2014
Ordinárias	841.782.728	(1.067)	(306)	125	-	100,00	(1.067)	(761)	(306)	(92)
Total	841.782.728						(1.067)	(761)	(306)	(92)

b) Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Rendimento de aplicações em debêntures	146	62
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	45	-
Juros ativos	2	-
Despesas financeiras	(62)	-
Total	131	62

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Contribuição à COFINS	301	391
Impostos e taxas	106	120
Contribuição ao PIS	65	85
Total	472	596

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Proventos e gratificações	2.025	1.391
Honorários da Administração	1.348	1.725
Encargos sociais	1.168	938
Despesa de benefícios	928	356
Total	5.469	4.410

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2015	2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.459)	(620)	
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	321	125	
Depreciações	17	33	
Resultado de Equivalência Patrimonial	306	92	
Juros Ativos	(2)	-	
Prejuízo Líquido Ajustado	(2.138)	(495)	
Aumento/(Redução) de Ativos Financeiros	509	(509)	
Aumento/(Redução) de Outros Ativos	404	(471)	
Redução de Outros Passivos	(1.276)	(3.162)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(43)	24	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(2.544)	(4.613)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Bens e Investimentos	-	(122)	
Aquisição de Imobilizado	(3)	(2)	
Venda de Imobilizado	44	-	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	41	(124)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento de Capital	-	8.000	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	8.000	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.503)	3.263	
Início do Exercício	3.378	115	
Fim do Exercício	875	3.378	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.503)	3.263	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2015	%	2014	%	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
1 - RECEITAS	4.099	117,7	5.163	117,7	
1.1) Receita do Serviço	3.914	112,4	5.144	117,3	
1.2) Outras Receitas	185	5,3	19	0,4	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(487)	(14,0)	(730)	(16,7)	
2.1) Serviços de Terceiros	(487)	(14,0)	(730)	(16,7)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.612	103,7	4.433	101	
4 - DEPRECIAÇÕES	17	0,5	18	0,4	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	3.595	103,2	4.415	100,6	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(113)	(3,2)	(30)	(0,6)	
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	(306)	(8,8)	(92)	(2)	
6.2) Receitas Financeiras	193	5,6	62	1,4	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	3.482	100,0	4.385	100,0	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	3.482	100,0	4.385	100,0	
8.1) Pessoal	4.519	129,8	3.711	84,7	
Remuneração Direta	2.310	66,3	2.038	46,5	
Benefícios	1.991	57,2	1.454	33,2	
FGTS	218	6,3	219	5,0	
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	933	20,7	1.270	28,9	
Federais	846	18,7	1.159	26,4	
Estaduais	8	0,2	6	0,1	
Municipais	79	1,8	105	2,4	
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	(1.970)	(43,6)	(596)	(13,6)	
Prejuízos Retidos	(1.970)	(43,6)	(596)	(13,6)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.9) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos julgamentos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaboradas a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

2B Capital S.A.

CNPJ 07.063.675/0001-29

Sede: Avenida Paulista nº 1.450 - 12º Andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes:

Imposto de renda e contribuição social devidos..... -

Impostos diferidos:

Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias..... (44) (269)

Constituição no período sobre:

Base negativa de contribuição social..... 211 177

Prejuízo fiscal..... 322 116

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	489	24

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O crédito tributário sobre base negativa e prejuízo fiscal, no montante de R\$ 533 mil, tem expectativa de realização em até 4 anos.

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 84 (2014 - R\$ 12) refere-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 127, referem-se a Imposto de Renda de R\$ 52, Contribuição Social de R\$ 73 e Cofins de R\$ 2.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

b) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

2B Capital S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da 2B Capital S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 28 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0